

A SUBALTERNIZAÇÃO DAS MULHERES NA NIGÉRIA COLONIAL: UMA ANÁLISE DO ROMANCE *AS ALEGRIAS DA MATERNIDADE*, DE BUCHI EMECHETA

THE SUBORDINATION OF WOMEN IN COLONIAL NIGERIA: AN ANALYSE OF THE NOVEL THE JOYS OF MOTHERHOOD, BY BUCHI EMECHETA

Rejane de Souza Ferreira¹
Doutora em Letras e Linguística
Universidade Federal do Tocantins
(rejaneferreira@uft.edu.br)

Rebeca Mendes Garcia²
Universidade Federal do Tocantins
(rebecamgarcia@hotmail.com)

RESUMO: Este artigo objetiva analisar o romance **As alegrias da maternidade**, da autora nigeriana Buchi Emecheta, a fim de verificar na obra as diversas opressões cometidas às mulheres na Nigéria colonial e confirmar o patriarcalismo dominante no século XX. Por meio de uma revisão de literatura, abordamos, a partir do referido romance, questões como a colonização da Nigéria pelos britânicos a partir de 1914, o reflexo das duas guerras mundiais na narrativa e a questão da submissão feminina. Para tanto, fundamentamos esta pesquisa em Elisabeth Badinter (1985), Remi Akujobi (2011), Simone de Beauvoir (2009), Djamila Ribeiro (2015, 2018) que tratam do Feminismo, feminismo negro e maternidade e em Valter Silvério (2013) e Flávia Santos (2017) para abordar acerca da Nigéria colonial. Em suma, assinalamos a subalternização da mulher, marcada por visões patriarcais de mundo, principalmente no que tange à maternidade, uma vez que ser mulher significava tão somente ser esposa e mãe – preferencialmente de filhos homens – e a maternidade era critério de aceitabilidade social. Assim, o romance apontou questões sociais significativas para a compreensão da condição da mulher no século XX da Nigéria colonial.

Palavras-chave: Colonialismo. Patriarcalismo. Maternidade. Opressão

ABSTRACT: This paper aims to analyse the novel **The joys of motherhood**, by the nigerian writer Buchi Emecheta, in order to verify in the work the various kind of oppressions committed against women in the colonial Nigeria and to confirm the dominant patriarchy in the twentieth century. Through a literature review, we broached from this book, questions as the colonization of Nigeria by the British people from 1914, the reflection of the two world wars in the narrative and the issue of female submission. For this purpose, we based this research in Elisabeth Badinter (1958), Remi Akujobi (2011), Simone de Beauvoir (2009), Djamila Ribeiro (2015, 2018) who deal with feminism, black feminism and motherhood and in Valter Silvério (2013) and Flávia Santos (2017) to address about colonial Nigeria. In conclusion, we pointed out the subordination of woman, marked by patriarchal views of the world, especially with regard to motherhood, since being a woman only meant being a wife and mother - preferably of male children - and motherhood was a criterion of social acceptability. Therefore, the novel pointed out significant social issues to the comprehension of the condition of women in colonial Nigeria at the twentieth century.

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás e docente da Graduação e Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins

² Mestranda em Letras na Universidade Federal do Tocantins

Keywords: Colonialism. Patriarchalism. Motherhood. Oppression

Introdução

As alegrias da maternidade, escrito por Buchi Emecheta em 1979, trata-se de um romance ambientado na Nigéria colonial, no período em que o mundo sofria com as consequências das duas Guerras Mundiais. Um romance marcado por opressões diversas às mulheres, no qual se percebe muita ironia desde o título, haja vista a suposta ideia de “alegrias da maternidade” quando, na verdade, a maternidade significava submissão ao sexo masculino (pai, marido, filhos) e critério de aceitabilidade social.

Ao longo da narrativa, estereótipos corroboram para a depreciação da mulher, em decorrência, principalmente, do colonialismo britânico cujas consequências implicavam dificuldades na vida familiar, social e financeira dos personagens. Nessa perspectiva, somos apresentados a Nhu Ego, a protagonista da história.

Prestes a cometer suicídio, à beira de uma ponte, em espécies de *flashbacks* da memória, Nhu Ego trará à consciência fatos de sua vida vinte e cinco anos antes desse episódio suicida, através da prosa cativante de um narrador onisciente seletivo. Após esse momento, a narrativa volta ainda mais no tempo e retoma a vida dessa personagem desde antes do seu nascimento, quando seu pai, Nwokocho Agbabi, um chefe da cidade de Ibuza, da tribo igbo, se relacionava com Ona, a mãe da garota. Agbabi possuía quatro esposas oficiais e duas amantes dentre as quais estava Ona, a qual, nitidamente, era a predileta do homem, embora fosse arrogante, teimosa e não quisesse se casar.

A poligamia – união conjugal de uma pessoa com outras, geralmente de um homem com várias mulheres – era uma prática comum do povo igbo. E foi nesse contexto que Nhu Ego foi criada por Agbadi, pois Ona falecera. Agbadi, mais tarde, escolheu para a filha um esposo que se chamava Amatokwu, com quem Nhu Ego vivia supostamente satisfeita. Contudo, não conseguia engravidar e, após sofrer violência física pelo marido, foi levada de volta para a casa do pai, tão logo Amatokwu se casou com alguém que poderia lhe dar um herdeiro.

Logo Nhu Ego teve que se casar com outro homem a fim de honrar o nome da família e gerar filhos. Assim, foi embora para Lagos (futura capital da Nigéria), cidade mais desenvolvida que Ibuza, onde encontraria Nnaife, o novo marido, um

empregado dos senhores brancos para os quais servia como lavador de roupas. A adaptação à vida nova para a protagonista foi árdua, uma vez que não aceitava o trabalho do marido, a aparência física dele, a cultura daquele lugar, nem a religião cristã que as pessoas professavam, tudo tão diferente de suas origens.

A trama do livro se desenrola a partir das nove gestações de Nhu Ego, acentuada pela perda trágica de dois filhos, uma vez que a narrativa centra-se na relação dela com o matrimônio e, principalmente, com a maternidade. Além das desventuras de ser mãe, ela travava batalhas por sobrevivência e sustento da família, visto que Nnaife, seu esposo, perdeu o emprego e posteriormente fora forçado a servir o exército britânico em guerra, dificultando ainda mais o orçamento familiar. As lutas permaneceram até o fim da vida de Nhu Ego, após seus filhos e filhas estarem criados e distantes dela.

A partir do romance apresentado, buscaremos, nesta pesquisa, analisar como as mulheres nigerianas eram oprimidas, inicialmente, pela sua própria tribo e, posteriormente, pelos colonizadores. No centro da análise, está a personagem Nhu Ego, por meio da qual adentraremos esse universo feminino específico, uma vez que o foco narrativo incide sobre ela. Ainda faz parte do objetivo deste trabalho, a verificação das diversas formas de marginalização das nigerianas do romance e suas relações com a maternidade, com base no contexto sócio histórico, político e econômico em que a narrativa é apresentada. Para tanto, um estudo de cunho bibliográfico será realizado, com fundamento em Elisabeth Badinter (1985), Simone de Beauvoir (2009), Djamila Ribeiro (2015, 2018) que abordam sobre o Feminismo, feminismo negro e maternidade e Valter Silvério (2013) e Flávia Santos (2017) sobre a Nigéria colonial.

Inicialmente, apresentaremos um panorama da Nigéria colonizada no período entre a primeira e a segunda guerra mundial. Depois, vislumbraremos os impactos desses momentos históricos na vida das mulheres em geral. Em seguida, serão analisadas as posições ocupadas pelas mulheres no romance: filha, esposa e mãe, não as restringindo, mas buscando interlocução com as demais posições expostas na narrativa.

Por fim, faremos considerações acerca da irônica e emblemática obra **As alegrias da maternidade**, a fim de mostrar a subalternização das mulheres, a partir das visões patriarcais de mundo que regiam suas relações interpessoais.

Nigéria colonial entre guerras

O continente Africano abrange cinquenta e quatro (54) países, sendo a Nigéria um deles. Por muito tempo, segundo Silvério (2013), a África foi governada por seu próprio povo e apenas uma parcela era liderada por europeus. No entanto, por volta de 1914, as potências europeias dominaram todo o continente – com exceção dos países Etiópia e Libéria – e o dividiram em colônias, portanto, a África teve de enfrentar o ameaçador desafio do colonialismo.

O colonialismo consistia, em resumo, na perda da independência, da soberania e das terras africanas para os colonizadores. Muitos confrontos foram estabelecidos por todo território africano, mas os europeus se destacavam em força e tecnologia para enfrentar os colonizados. Conforme afirma Santos (2017):

De 1880 até meados de 1914 o continente africano sofreu a maior partilha, nunca antes vivida, provocada pela Europa industrializada. Foi o momento em que a África teve que presenciar seu território sendo retalhado pelos países detentores da tecnologia e do conhecimento científico, e que por isso, se viam no direito e dever de explorar e dominar espaços alheios, tidos como inferiores e propensos à dominação (SANTOS, 2017, p. 17).

Através do mapa abaixo, podemos perceber o domínio dos europeus em praticamente toda África:



África de 1914. Fonte: OLIVER & FAGE *apud* SILVÉRIO, 2013

A Nigéria, em 1914, tornou-se território do Reino Unido. A dominação britânica ocorreu de diversas maneiras, como intervenção armada na Nigéria norte e intervenção e diplomacia na Nigéria Sul. Segundo Silvério, “as iniciativas e reações dos nigerianos em face dos britânicos foram tão multiformes como os ardis e os meios empregados por estes últimos para estender a sua dominação ao conjunto da Nigéria atual”. (2013, p. 355).

No mesmo ano, a Nigéria Norte e a Sul fundiram-se e se tornaram um só território. Além disso, Silvério (2013) aponta que muitas mudanças acompanharam o domínio britânico: o idioma inglês, a educação ocidental e a religião cristã foram

impostos. O comércio e a economia nigeriana também se transformaram devido às novas exigências de trabalho.

Ressaltamos ainda que, nesse período, a Primeira Guerra Mundial fora deflagrada. No romance **As alegrias da maternidade** (2017), observamos através dos relatos dos personagens uma movimentação diferente na cidade: “a única coisa que vejo por todos os lados são soldados de diferentes raças: alguns de rosto redondo, outros de olhos enterrados na cabeça. [...] O que eles estão fazendo aqui em Lagos?” (EMECHETA, 2017, p. 122).

Outra consequência foi a mudança pela qual os empregados precisaram passar. Nnaife, como dito, lavador de roupas, e seu amigo Ubani, o cozinheiro, perdem o emprego porque os patrões se mudam de Lagos para retornar à Inglaterra, onde lutariam a favor do seu povo na guerra. Os demitidos foram obrigados, então, a procurar trabalho nas ferrovias.

Por alguns anos, Nnaife permaneceu trabalhando na ferrovia como cortador de gramas. No entanto, por volta de 1940, ele foi levado forçosamente pelos soldados para servir ao exército em favor dos britânicos na guerra, “lutar pelo homem branco”, como exclamava. A Segunda Guerra havia começado. Por isso, Nnaife deixava Nhu Ego, as demais esposas – herdadas do irmão mais velho já falecido – e os filhos, na expectativa de seu retorno de uma guerra, sobre a qual só ouviam falar da existência em algum lugar.

Ubani justificava para Nhu Ego o que acontecera com Nnaife, deixando clara a dominação do povo nigeriano pelos britânicos: “Não há nada que possamos fazer. Nós pertencemos ao povo britânico, assim como pertencemos a Deus, e, como Deus, eles podem se apropriar de qualquer um de nós quando tiverem vontade.” (EMECHETA, 2017, p. 204).

A colônia inglesa Nigéria, após muitos entraves, alcançou independência em 1960. Porém, já havia sofrido com duas grandes guerras as quais dificultaram ainda mais a vida dos colonizados africanos, em especial a das mulheres que, naquele contexto, precisavam sobreviver e garantir alimento e moradia aos filhos, sem a presença do marido que estava servindo aos colonizadores em guerra.

O impacto da colonização na condição das mulheres do romance

Antes de analisarmos as consequências da colonização na vida das personagens femininas na obra em estudo, faz-se necessário compreender o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 1989:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW *apud* RIBEIRO, 2015, p. 47).

Simplificando, podemos entender o conceito de interseccionalidade como a relação indissociável entre gênero, raça e classe. Para a autora, não é possível pensar nesses três eixos discriminatórios separadamente, pois não há uma opressão superior a outra.

Compreender essa relação implica refletir sobre como as mulheres, principalmente as negras, estão submissas às classes mais favorecidas da sociedade, ficando, portanto, destituídas de poder econômico, de educação formal, de empregos bem remunerados etc. Não há como indicar precisamente qual opressão ocorre primeiro, mas sabemos, portanto, que elas existem de forma estrutural.

Em **As alegrias da maternidade** (2017), as personagens femininas estão à margem da sociedade nigeriana. Em Lagos, vemos a busca incessante por sobrevivência das esposas de Nnaife e suas vizinhas. No contexto da narrativa, os britânicos estavam em processo de colonização dos povos africanos e havia um intenso processo de industrialização ocorrendo. Muitos homens perdiam o emprego e isso fazia com que as mulheres tivessem que sair de casa para trabalhar no que fosse necessário, mesmo com as crianças.

No caso de Nhu Ego, analfabeta, a possibilidade que tinha era utilizar o pouco dinheiro possuído para comprar cigarros e fósforos clandestinos nos navios e vender em sua banca no mercado a fim de garantir o alimento do dia e o aluguel do pequeno cômodo em que moravam ela e seus vários filhos, após terem sido expulsos pelos soldados do quartinho nos fundos da casa dos antigos patrões de Nnaife.

A situação piorou quando Nnaife foi levado para servir o exército, porque sua ajuda financeira quando cortava grama na ferrovia era pouca, mas era mensal e

contribuía nas despesas domésticas, só que, uma vez no exército, não tinha data fixa e não correspondia ao valor esperado. Por isso, Nhu Ego se viu sem amparo tendo que sobreviver e obrigada a desempenhar outras atividades como carregar lenha, vender as roupas possuídas, garri e outros comestíveis. Consciente da condição precária em que viviam, Nhu Ego conversava com o vizinho Ubani:

E não somos de certo modo escravos dos brancos? Perguntou Nhu Ego com voz estrangulada. “Se eles nos deixam comer, então comemos. Se dizem que é para não comermos, de onde vamos tirar comida? Ubani, você é um homem de sorte e me alegro por você. O salário pode ser pequeno e o trabalho pode ser de escravo, mas pelo menos sua esposa está tranquila sabendo que no fim do mês vai receber algum dinheiro para alimentar os filhos e você. **O que mais uma mulher pode querer?** (EMECHETA, 2017, p. 163, grifos nossos).

No trecho acima, se torna evidente a dicotômica realidade dos negros em relação a dos brancos, seus senhores. A escravidão, em tese, estava abolida, no entanto o povo africano continuava submetido a essas condições de trabalho e vida.

Os alimentos se tornavam mais caros e escassos, devido à guerra que estava em vigor. O poder de compra das pessoas em Lagos diminuía conforme este excerto: “Por volta de 1941 todo mundo no país sabia que havia uma guerra acontecendo em algum lugar. [...] As mulheres que iam aos mercados perceberam que já não era possível comprar sal tão barato quanto antes” (EMECHETA, 2017, p. 176).

Ao passo que Nhu Ego se dedicava ao comércio para sobreviver precariamente, Adaku, a esposa de Nnaife herdada do irmão mais velho, decidiu sair daquele cômodo minúsculo onde moravam e tomou uma decisão subversiva à época: trabalharia como prostituta para viver e financiar uma educação de qualidade as suas duas filhas.

Subversiva, pois enfrentou todos os preconceitos em relação à nova atividade e também por querer educar as meninas que, na concepção social, só precisavam se casar e conseguir um bom dote, ao contrário dos filhos homens que estudariam para crescer profissionalmente. Adaku não aceita aquela condição imposta pela sociedade e Nhu Ego, então, reage com um discurso carregado da cultura machista:

Você não pode! E suas filhas? Nenhum homem de Ibuza vai querer se casar com moças criadas por uma prostituta. [...] Desculpe se a insultei [Nhu Ego], mas você perguntou, está lembrada? Quanto às minhas filhas, elas vão ter de tomar suas próprias decisões neste mundo (EMECHETA, 2017, p. 233).

Adaku representa, na narrativa, a geração de mulheres que começa a reagir às injustiças cometidas contra o gênero, a lutar por valorização e espaços sociais em que pudessem se desenvolver e ter autonomia. O ato de educar as meninas ao invés de fazê-las se casar precocemente rompe o ciclo patriarcal.

Outra mudança vivenciada pelos personagens diz respeito à religião dos brancos – o cristianismo – imposta pelos colonizadores europeus. Influenciada pela nova doutrina, Nhu Ego comparava constantemente o papel do marido que, segundo essa religião, deveria ser o provedor da casa. Nnaife, por sua vez, exigia que a esposa fosse uma mãe exemplar na educação dos filhos, mas também uma provedora, porque seus argumentos baseavam-se na cultura igbo, na qual é responsabilidade da mãe alimentar a prole.

Desse modo, percebemos as violências múltiplas que afetam as mulheres nigerianas. Uma grande carga opressiva sobre elas aponta a marginalização, uma vez que eram mulheres, negras e pobres em uma terra invadida por europeus brancos e “donos” daquele lugar. Logo a interseccionalidade entre raça, classe e gênero se evidencia no romance o que, segundo Akotirene (2019), são modernos aparatos coloniais. No tópico seguinte, trataremos acerca dessas múltiplas violências às personagens femininas nas suas várias posições.

As posições da mulher em *As alegrias da maternidade*

As personagens femininas em ***Alegrias da maternidade***, especialmente Nhu Ego, Adaku e as filhas vivenciaram triplamente o excludente, racista e violento colonialismo, haja vista as posições que ocupavam de mulheres, negras e mães. Em todas essas, há uma relação de submissão e dominação, seja do homem para com a mulher, do branco para com a negra ou do marido/filho para com a mãe.

Os privilégios masculinos têm raiz na sua essência, pois pelo divino o homem foi arquitetado antes da mulher e, portanto, é criatura ligada direto ao divino tornando-se hierarquicamente superior, como afirma Badinter:

A condição do **Pai-Marido-Senhor** todo-poderoso não pode ser explicada senão pela sua essência. Criatura que mais ativamente participa do divino, seus privilégios devem-se apenas à sua qualidade ontológica. É "natural" que a mais acabada das criaturas comande os demais membros da família, e isso de duas maneiras: em virtude de sua semelhança com a divina, como "deus comanda suas criaturas", e em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e

jurídicas, como um "Rei comanda seus súditos" (BADINTER, 1985, p. 19).

Para a autora supracitada, a mulher é considerada personagem secundária na concepção, por isso, é mantida sob os comandos do homem a quem foi dado o poder de controlar e "reinar", gozando de vantagens.

Beauvoir (2009), por sua vez, explica que os homens impõem às mulheres a "condição de Outro", os quais as veem e as querem como um objeto. Vejamos:

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição de Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana (BEAUVOIR, 2009, p.30-31).

A compreensão desse conceito está na premissa de que o homem ocupa o lugar de referência e soberania. A definição de mulher parte da definição do que é ser homem, assim, não se pode dizer que ela é autônoma. Para Beauvoir, "a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro" (2009, p.17).

Nesse sentido, entendemos que a figura feminina somente existe em comparação, ou melhor, em subordinação à masculina. Isso explica a necessidade imposta socialmente de obedecer às ordens do pai, que a entrega a um marido que se tornará o senhor de sua vida. Para completar esse ciclo, a mulher gera filhos, de preferência homens, os quais perpetuarão a tradição. Essa situação afeta diretamente a noção de feminilidade, uma vez que ser mulher está condicionalmente relacionado a ser esposa e mãe:

Neste sentido, [Lauretta] Ngcobo acredita que de modo geral, os africanos consideram a maternidade totalmente relacionada aos filhos, como ela diz: "toda mulher é encorajada a se casar e ter filhos, a fim de expressar sua feminilidade ao máximo. A base do casamento entre africanos implica a transferência da fertilidade da mulher para o grupo familiar do marido." A maternidade é tão crítica na maioria das sociedades tradicionais da África que não há pior infortúnio para uma mulher do que não ter filhos. Uma mulher infértil é vista como incompleta, ela é o que Mbiti chama de "beco sem saída da vida

humana, não só pelo nível genealógico, mas também por ela mesma” (AKUJOBI, 2011, p. 4, tradução nossa)³.

De acordo com essa visão, o casamento e a maternidade são os meios pelos quais a mulher pode se tornar completa, caso contrário será vista como uma pessoa vazia, uma pária da sociedade. Essa lógica de dominação masculina através do pai, do marido e do filho implica a existência de filhas, esposas e mães, das quais falaremos a seguir.

Mulher enquanto filha

A mulher enquanto filha apresenta algumas características peculiares tais como obediência e servidão aos pais, o que significava uma formação rígida relativa às atividades domésticas e aos cuidados com a família, ou seja, uma preparação, segundo o sistema patriarcal, para o mais adequado destino da mulher: o casamento. Em **As alegrias da maternidade**, há exemplos claros que atestam essa maneira de ser filha, a começar pela protagonista do romance.

A protagonista, Nhu Ego, nasceu numa condição favorável, sendo muito amada por seu pai Agbadi, chefe da tribo Igbo, um homem muito respeitado e organizado economicamente. Nhu Ego representava para Agbadi a continuação do seu amor por Ona, a amante de quem mais gostava, mas que falecera logo após o nascimento da filha.

Agbadi seguiu os costumes igbo e escolheu um marido de confiança para Nhu Ego, que era bastante obediente ao pai e, claro, renderia um excelente dote. Assim, Nhu Ego passa da condição de filha para a de esposa, ciente dos ensinamentos recebidos: “Meus filhos, quando vocês crescerem, serão todos reis entre os homens. Minhas filhas, quando vocês crescerem, todas embalarão os filhos de seus filhos” (EMECHETA, 2017, p. 42).

Apesar do amor pela menina, Agbadi deixava clara a importância maior que os filhos homens possuíam em especial o primogênito. Sobre esse tipo de comportamento social, Badinter comenta:

³ In this sense, [Lauretta] Ngcobo believes that generally, Africans take motherhood to be all about children, as she puts it: "every woman is encouraged to marry and get children in order to express her womanhood to the full. The basis of marriage among Africans implies the transfer of a woman's fertility to the husband's family group." Motherhood is so critical in most traditional societies in Africa that there is no worse misfortune for a woman than being childless. A barren woman is seen as incomplete, she is what Mbiti calls the "dead end of human life, not only for genealogical level but also for herself" (144).

Uma segunda atitude, própria do pai e da mãe igualmente, não pode deixar de surpreender o leitor do século XX, ou seja, a incrível desigualdade de tratamento entre os filhos, segundo o sexo e o lugar que ocupam na família. [...] Não, realmente a filha não é um bom negócio para os pais, e nenhuma cumplicidade parece aproximá-la da mãe. Esta guarda seus tesouros de ternura e de orgulho para o primogênito, herdeiro exclusivo do patrimônio e do título quando os pais são nobres. O herdeiro gozou, em todas as camadas da sociedade, de um tratamento familiar nitidamente privilegiado. Bastava que os pais tivessem alguns bens a deixar, modestos acres de terra ou a coroa de França, para que esse filho mais velho fosse objeto de uma solicitude exemplar (BADINTER, 1985, p. 62).

Essa lógica da superioridade do menino se repete na história dos filhos de Nhu Ego. No segundo casamento, quando consegue gerar, ela se tornou mãe de nove, dentre os quais havia duas gêmeas chamadas Taiwo e Kehinde. A criação das gêmeas baseava-se na submissão às ordens do pai e no serviço aos irmãos.

A mãe sabia que o fato de ter tido meninas não agradaria muito o marido, que, ao saber, nem sequer teve o trabalho de lhes dar nomes. Um momento marcante na narrativa é quando Nhu Ego se vê obrigada a interromper os estudos de Taiwo e Kehinde porque o dinheiro não era suficiente. Assim, levava as garotas para trabalhar com ela e ajudar a sustentar os estudos dos irmãos Oshia e Adim.

Além disso, as atividades domésticas também eram feitas pelas filhas e quando a mãe pedia ajuda aos filhos, Oshia se recusava: Não vou! Sou menino! Por que preciso ajudar na cozinha? Isso é trabalho de mulher!, gritou Oshia em resposta, e continuou brincando com os amigos” (EMECHETA, 2017, p. 177). A fala do garoto ratifica aquilo que se passava de geração após geração a respeito da função feminina.

O fato de as meninas não poderem estudar, ao contrário dos meninos, indica a manutenção da divisão do trabalho já estabelecida socialmente. Não ser educadas formalmente fazia com que elas permanecessem nos trabalhos domésticos e no serviço aos homens.

Logo, é perceptível a ideia dominante de que manter a mulher com pouca instrução, somente em casa, sem acesso à leitura e à escrita facilitava a imposição da supremacia masculina, que passava da mão do pai ou do irmão para o esposo, conforme Beauvoir (2009, p. 548) apresentou: “[...] integrada como escrava ou vassala nos grupos familiares dominados por pais e irmãos, a mulher sempre foi dada em casamento a certos homens por outros homens”.

Nessas circunstâncias, Taiwo e Kehinde crescem e chega o tempo em que serão dadas em casamento. Nnaife, logo, decide escolher maridos para cada uma delas com vistas ao dote, porém Kehinde se rebela e resolve se casar com o filho do açougueiro, um iorubá (inimigo dos igbos). Muitos conflitos são gerados em função disso, mas Kehinde enfrenta as imposições e faz sua própria escolha, enquanto Taiwo aceita o esposo escolhido pelo pai e mantém sua vida de esposa e dona de casa.

As personagens Nhu Ego, Taiwo e Kehinde são formadas por ensinamentos machistas e autoritários e os seguem, com exceção de Kehinde que se posiciona ao contrário, tornando-se desobediente e, portanto, deixa de ser considerada filha para Nnaife. Por meio dessas personagens, percebemos, na narrativa, faces da condição de filha, na Nigéria do século XX.

Mulher enquanto esposa

Preparada durante toda a infância para esse papel, finalmente a moça é entregue ao marido, por meio da instituição matrimonial, a fim de cumprir sua “missão” no mundo. De acordo com Beavouir (2009), o casamento não se trata apenas de um ofício cansativo como outros, mas ele permite à mulher atingir a sua dignidade social, que ocorre através do sexo.

A primeira exigência para a aceitação do casamento por parte do futuro esposo é a castidade. O símbolo da pureza, na verdade, reflete a pretensa dominação do corpo feminino, uma vez que não pode ter sido de outro, apenas do “dono” oficial. No romance de Emecheta, Nhu Ego foi aceita tranquilamente pelo esposo Amatokwu, pois comprovava a virgindade da moça e o pai se orgulhou: “Agbadi sorriu satisfeito [...] Minha filha mostrou ser uma virgem intacta. O povo do marido veio agradecer” (EMECHETA, 2017, p. 44).

No entanto, havia outro critério muito importante para a esposa ser totalmente conclamada: ela precisava gerar filhos, afinal, “quando uma mulher é virtuosa, não tem dificuldades para conceber” (EMECHETA, 2017, p. 44). Todos os visitantes oravam para que, em menos de dez (10) meses, a família de Amatokwu agradecesse pelo nascimento de um filho. Essa condição não se estabeleceu no relacionamento de Amatokwu e Nhu Ego, porque ela não engravidava.

A culpa desse fatídico destino sempre era atribuída à mulher e Nhu Ego reconhecia a sua “tenho certeza de que a culpa é minha. Você faz tudo direito. Como

vou encarar meu pai e confessar que falhei?” (EMECHETA, 2017, p. 45). Essa situação gerou conflitos que eclodiram em atos de violência tanto física quanto psicológica cometidos por Amatokwu contra a esposa. Para o rapaz, não havia tempo para desperdiçar a “preciosa semente masculina com uma mulher estéril” (EMECHETA, 2017, p. 46).

Entregue ao pai novamente devido a essa circunstância, Nhu Ego se sentia incompleta e desejava se casar novamente. Por isso, casou-se com Nnaife, oriundo da mesma tribo, mas morador de Lagos, lugar distante de Ibuza. Nesse novo relacionamento, havia bastantes conflitos que oprimiam ainda mais a personagem. A necessidade local, no contexto das guerras mundiais, fez com que Nhu Ego trabalhasse bastante fora de casa, porquanto muitas vezes se viu sem a ajuda do esposo que ora estava sem trabalho ora estava distante de casa. Assim, ela sofria duplamente em sua condição de esposa tendo que ser também a provedora.

Como se não bastasse, havia na cultura igbo a hierarquia entre as esposas, pois a poligamia era bastante comum. Nhu Ego, a primeira esposa e, portanto, a mais velha, devia cuidar das demais. Nnaife assumiu as esposas do irmão após o falecimento deste e devia dividir com elas a renda existente. Adaku, uma dessas esposas, foi morar em Lagos com a nova família e não se entendia com a esposa mais velha. Para esta o peso do lar somente aumentava: mais bocas para alimentar, menos espaço no cômodo onde moravam todos e mais sofrimento.

Nhu Ego, no entanto, se mantinha obediente às ordens do marido, não tinha consciência da sua opressão. Em um episódio no qual Nnaife fora a julgamento por tentar matar o pretendente a marido da filha Kehinde, o advogado de acusação interroga Nhu Ego acerca das responsabilidades do esposo. Ela afirmava que pagava as contas com a venda da lenha e outros itens, mas que era Nnaife quem garantia todo o sustento. A plateia no tribunal, formada pelos brancos de Lagos, sorria e não compreendia a colocação de Nhu Ego, uma vez que ela pressupunha que o marido era totalmente dono da casa e da família e a esposa não tinha responsabilidades quanto ao sustento, mesmo sendo ela quem de fato sustentava a casa. Questionada constantes vezes sobre isso, ela afirma ao advogado:

Nnaife é o chefe de nossa família. **Eu sou propriedade dele, assim como todos nós somos propriedades de Deus que está no céu.** Portanto, mesmo que eu pague as taxas escolares, sou propriedade

de Nnaife. Sendo assim, em outras palavras, é ele quem paga (EMECHETA, 2017, p. 298, grifos nossos).

Compreendemos, assim, que a visão da personagem Nhu Ego, era de que a mulher pertencia ao homem. Nessa lógica, está a dominação masculina, primeiro através do pai, depois do irmão mais velho ou do marido e, por conseguinte, do filho, que mesmo que não mandasse diretamente nela, só por existir já a oprimia, pois a sua existência era o suficiente para ela se anular em benefício dele. Segundo Akujobi, “a maternidade, como experimentada e praticada na África, é influenciada por mitologias religiosas e tradições locais e assim é colorida com exemplos de auto sacrifício/doação e muito mais em nome da maternidade”⁴ (2011, p. 3, tradução nossa).

Na sociedade africana, ser mãe está diretamente ligado ao auto sacrifício, à entrega absoluta da própria vida em favor dos filhos. A mãe, mesmo se sacrificando e sofrendo, é considerada abençoada, pois está cumprindo sua missão no mundo.

A fêmea precisava se encaixar nos padrões sociais desde o momento em que saía da casa dos pais, porque nem mesmo o casamento era uma escolha pessoal. Já estabelecido o matrimônio, a esposa se tornava posse de outrem, o “chefe” que estava no controle sobre sua vida, sua sexualidade, seu trabalho e sobre seu ventre. Para Badinter (1985, p. 18, grifos nossos), “semelhante à terra que precisa ser semeada, **seu único mérito é ser um bom ventre**”. Logo, a maternidade assegurava à mulher algo indispensável: o seu motivo de viver, o que veremos no próximo tópico.

Mulher enquanto mãe

De acordo com Akujobi “a maternidade na África é vista como um papel doado por Deus e, por esta razão, é sagrada”⁵(2011, p. 3, tradução nossa). As mulheres são ensinadas a serem mães desde a infância e existe uma certa romantização acerca da maternidade a qual, segundo Ribeiro (2018), provoca culpa naquelas que não querem (ou não podem) exercer esse papel:

Desde muito cedo, somos ensinadas que devemos ser mães. Divulgam uma ideia romântica de maternidade e a enfiam goela a baixo, naturalizando esse lugar. Mais além, cria-se a culpa. Não é

⁴ Motherhood as experienced and practiced in Africa is influenced by religious mythologies and local lore and it is coloured with examples of self-sacrifice/giving and much more in the name of motherhood.

⁵ “Motherhood in Africa is seen as a God-giving role and for this reason it is sacred.”

incomum ouvir “que mãe é essa que permite isso” ou “Mãe que é mãe aguenta tudo” (RIBEIRO, 2018, p. 87).

Na cultura nigeriana, presente no romance, temos ainda a visão ancestral de que ser mãe corresponde à crença da mulher como progenitora da nação, ou seja, o mito da Mãe África, Mãe Terra. Akujobi (2011) explica claramente essa exaltação do amor materno a partir de mitos e crenças que remetem a mulheres, principalmente virgens, os quais influenciam os povos historicamente, como Maria, a mãe cristã, na cultura ocidental:

A maioria das teorias postuladas seja por homens ou mulheres define mulheres em termos de fertilidade e isto é particularmente reinventado na vida real através de muitos arquétipos femininos. É comum ouvir termos como a Virgem, Vênus e a Mãe Terra e estes estão ligados às funções femininas, como mães na sociedade. Afinal, Maria era uma virgem quando ela deu à luz a Jesus. Esses mitos sobre a mulher existem desde os tempos primordiais e reafirmam que maternidade é uma parte essencial de ser mulher, sem a qual a mulher é vazia. Não é mais segredo que a mulher nigeriana se considera uma mulher de verdade somente quando se mostra fértil e a “auréola da maternidade” brilha sobre ela. Isso vale para a maioria das mulheres na África onde o índice de maternidade é usado para definir mulheres “reais” (AKUJOBI, 2011, p. 4-5, tradução nossa).⁶

Esses arquétipos apontados por Akujobi (2011) confirmam a crença de que é essencial para a mulher ser mãe, pois só assim ela se tornará uma mulher de fato. Em **As alegrias da maternidade**, Nhu Ego escancara a perspectiva nigeriana que vincula a mulher exclusivamente ao matrimônio e à reprodução, já que, para ser considerada mulher era necessário, antes, casar-se e gerar filhos, de preferência do sexo masculino. De acordo com Beauvoir (2009):

A liberdade de escolha da jovem sempre foi muito restrita; e o celibato – salvo em casos excepcionais em que se reveste de caráter sagrado – a rebaixa ao nível do parasita e do pária; **o casamento é seu ganha-pão e a única justificativa social de sua existência. É a ela imposto**

⁶ Most theories postulated whether by men or women define women in terms of fertility and this is particularly reinvented in real life through many female archetypes, it is common to hear such terms as the Virgin, Venus, and Mother Earth and these are tied to women's functions as mothers in society. After all, Mary was a virgin when she gave birth to Jesus. These myths about the woman have been in existence since primordial times and they authenticate the belief that motherhood is an essential part of being a woman, outside which the woman is empty. It is no longer a secret that the Nigerian woman considers herself a real woman only when she has proved herself to be fertile and the "halo of maternity" shines over her. This holds true for most women in Africa where the index of motherhood is used to define "real" women.

a duplo título: ela deve dar filhos à comunidade” (BEAUVOIR, 2009, p. 549, grifos nossos).

Essa compreensão está enraizada na consciência de Nhu Ego e das personagens femininas igbos. Nhu Ego afirma se considerar mulher de verdade somente após a gestação de Ngozi e, por isso, passa a tratar o marido com mais amor: “Ele me transformou numa mulher de verdade – em tudo o que quero ser: mulher e mãe. Então, já não tenho motivos para odiá-lo” (EMECHETA, 2017, p. 74). Os objetivos de vida da protagonista se resumiam em tornar-se mãe para se sentir mulher.

Constatar isso explica o motivo de Nhu Ego tentar suicídio logo no início da narrativa, após o falecimento do seu filho. O suicídio indica a condição de existir apenas para ser mãe de menino, uma vez que o filho morre e a vida não tem mais sentido, porque se foi a razão.

Stevens (2005) argumenta que a maternidade possui duas faces por ser sustentação para o patriarcado dominante e uma característica importante da identidade feminina. “A maternidade é, ao mesmo tempo, um *locus* de poder e opressão, auto-realização e sacrifício, reverência e desvalorização” (STEVENS, 2005, p. 72).

A dicotomia apontada por Stevens (2005) pode ser vista no romance na relação de Nhu Ego com os filhos. Primeiro, ela ganha prestígio social a partir do momento em que engravida, principalmente depois de ter vivido com o primeiro marido Amatokwu e não ter gerado filhos dele. A vitória da gestação representa poder e auto-realização para Nhu Ego que agora pode ser vista como uma mulher de respeito e ser reverenciada.

No entanto, a ilusória sensação de júbilo dá lugar à opressão no lar de modo que as responsabilidades de sustentar as crianças se restringem a ela em um contexto desfavorável de guerra, pobreza e escassez. Nhu Ego é obrigada a sacrificar-se trabalhando além de suas forças para alcançar esse fim. Os sacrifícios mostram-se diversos desde o trabalho pesado ao jejum forçado por não haver comida para todos na casa, onde a prioridade logicamente eram as crianças.

Por fim, a desvalorização da mãe evidencia-se em toda a narrativa. Primeiramente, “uma mulher pode ser feia e ficar velha, mas um homem nunca é feio e velho” (EMECHETA, 2017, p. 99), afirma o narrador do romance. A beleza da mulher estava apenas nos filhos que colocava no mundo. Ademais, a esposa “principal” tinha

a obrigação de conviver com as outras, quantas o marido quisesse ter e, embora soubesse disso, Nhu Ego não lidava bem com a ideia e se sentia humilhada.

Há ainda a ideia de que é necessário ter filhos para cuidarem da mãe na velhice, fato que não ocorreu com a protagonista, haja vista todos os seus sete filhos vivos deixarem-na morrer sozinha às margens de uma estrada. No fim do romance, essa desvalorização à mãe se evidencia ao serem narrados os últimos instantes de Nhu Ego que ansiava por notícias dos filhos sem sucesso, os quais viviam nos Estados Unidos, no Canadá e em Lagos, distantes da mãe. Sem amigos, pois passara todo o tempo acumulando “as alegrias de ser mãe”, a personagem se despede da vida na certeza de que “a alegria de ser mãe era a alegria de dar tudo aos filhos” (EMECHETA, 2017, p. 307).

Considerações finais

O presente artigo trouxe à discussão temas relevantes a respeito da condição da mulher africana, especificamente da Nigéria no período em que este país foi colonizado pelos britânicos. À luz de teóricas feministas, exploramos o romance nigeriano **As alegrias da maternidade**, uma obra que possibilita profundas inquietações e reflexões profícuas sobre questões de gênero.

No decorrer da análise, percebemos a precariedade da vida das personagens femininas, em especial Nhu Ego, as quais, em busca de se tornarem “mulher de verdade”, casam-se e geram muitos filhos. Essa missão de vida explicita a cultura nigeriana a qual estavam submetidas e também a influência dos colonizadores.

Um romance entre guerras, **As alegrias da maternidade** têm como pano de fundo a colônia Nigéria e as duas Guerras Mundiais que assolaram o mundo. Devido a isso, muitas consequências negativas são vivenciadas pelos personagens, como a falta de emprego, a escassez de alimentos, o racismo contra os colonizados e também as imposições religiosas.

A autora Buchi Emecheta ironiza o mito do amor materno na afirmação “alegrias da maternidade” e apresenta a maternidade com bastante realismo e crítica, principalmente no que diz respeito à opressão da figura feminina de quem se exige a gestação. A protagonista, nesse contexto, submete-se a condições de vida precárias e enfrenta sozinha a tarefa árdua de cumprir com seu dever, isto é, ser mãe.

Em suma, o romance demonstra com excelência a submissão da mulher às regras impostas socialmente e, principalmente, ao sexo masculino representado pelo pai, esposo e filhos. De formas múltiplas, percebemos quão marginalizadas são as mulheres por uma sociedade colonial e patriarcal como a da Nigéria no século XX.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen livros, 2019.

AKUJOBI, R. Motherhood in African Literature and Culture. **Comparative Literature and Culture**. West Lafayette, v.13, abr., 2011. Disponível em: <https://docs.lib.purdue.edu/clcweb/vol13/iss1/2/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

EMECHETA, B. **As alegrias da maternidade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

MENDES, M. E. P. S. M. **Configurações da maternidade africana em Yvone Vera**: em busca de novos olhares. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503784765_ARQUIVO_CONFIGURACOESDAMATERNIDADEAFRICANAEMYVONNEVERA26ago.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

RIBEIRO, D. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Garulhos, p. 103, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/49071/dissertacao-djamila-tais-ribeiro-dos-santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, F. K. M. da S. S. **Meio sol amarelo e a crítica ao pensamento eurocêntrico sobre a África**: Biafra e resistência igbo. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Literatura e interculturalidade, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, p. 162, 2017. Disponível em: http://posgraduacao.uepb.edu.br/ppgli/download/dissertacoes/disserta%C3%A7%C3%B5es_2015/DISSERTACAO-FLAVIA-KELLYANE-MEDEIROS-DA-SILVA-SANTOS.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVÉRIO, V. R. (org). **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

STEVENS, C. Ressignificando a maternidade: psicanálise e literatura.

Gênero. Niterói, v. 5, n. 2, p. 65-79, 1 sem. 2005.

Recebido em 30 de setembro de 2019
Aprovado em 11 de dezembro de 2019

